

Estudo Técnico Preliminar 114/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23007.00018520/2024-51

2. Descrição da necessidade

2.1 - Fundamentação:

2.1.1 – Contratação de empresa especializada em engenharia para a execução da obra de construção do Laboratório de Pavimentação Asfáltica do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

2.1.2 – A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), visando assegurar a contratação de empresa especializada em engenharia para a construção do Laboratório de Pavimentação Asfáltica no CETEC, com o objetivo de aprimorar a formação acadêmica e o desenvolvimento de pesquisas na área de pavimentação, deliberou a contratação por meio da Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), em conjunto com a Coordenadoria de Infraestrutura e Meio Ambiente (CIMAM).

2.1.3 – A construção da edificação anexa ao Laboratório de Pavimentação faz parte da contrapartida institucional para execução do plano de trabalho, cujo objetivo é promover cooperação técnico-científica, capacitação, treinamento e intercâmbio de conhecimentos e experiências entre a Diretoria de Planejamento e Pesquisa (DPP) do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e a UFRB, no contexto da aplicação de técnicas de reforço e estabilização de solos em estradas não pavimentadas.

Na parceria entre o DNIT e a UFRB, o DNIT disponibilizou cerca de R\$ 4,5 milhões para a aquisição de equipamentos destinados à montagem de um laboratório específico para a instalação dos equipamentos adquiridos no projeto. Não há espaço ou local adequado para a instalação permanente desses equipamentos nos laboratórios existentes da UFRB. Como contrapartida, a construção dessa nova estrutura laboratorial ficou sob responsabilidade da UFRB, sendo destinada ao uso da Universidade.

Além disso, essa edificação está inserida no escopo de um novo programa de Pós-Graduação em Transportes, atualmente em desenvolvimento pelo grupo de pesquisa em Geotecnia e Pavimentação, com previsão de submissão à CAPES em 2025.

2.1.4 – A contratação é imprescindível para garantir o desenvolvimento das atividades acadêmicas e científicas, bem como a plena utilização dos equipamentos adquiridos.

2.2 – ESSENCIALIDADE, INTERESSE PÚBLICO DA CONTRATAÇÃO E JUSTIFICATIVA PARA A DEFINIÇÃO DOS ITENS E QUANTITATIVOS

Declaramos, para os fins do previsto no art. 3º do Decreto nº 8.540/2015, que o objeto da presente licitação é essencial para a manutenção do atendimento à comunidade acadêmica, para o desenvolvimento do ensino (graduação e pós-graduação), da pesquisa e da extensão nas unidades acadêmicas da UFRB.

A UFRB adota um Planejamento Anual de Contratações (PAC) de forma centralizada. A Pró-Reitoria de Planejamento realiza o planejamento interno com base em histórico de consumo e

novas demandas, e registra, por meio do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC), as requisições de materiais e serviços. Essas requisições são consolidadas em um único relatório pela CIMAM, que está presente neste processo eletrônico.

A PROPLAN/CIMAM é responsável pela totalização do planejamento das Unidades/Órgãos da UFRB, pela racionalização e análise das demandas, pela complementação (se necessário), pesquisa de preços e formalização do processo licitatório para atender às demandas planejadas por toda a Universidade.

3. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|------------------------------|-----------------------------|
| PRO-REITORIA DE PLANEJAMENTO | JOSÉ JOAQUIM DA SILVA RAMOS |

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4 - Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução (Inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso II da IN 58/2022).

4.1 - Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e com os padrões de sustentabilidade exigidos neste instrumento e no futuro Termo de Referência.

4.2 - A Concorrência terá por fundamento legal o regramento disposto no art. 2º, inciso VI da Lei n. 14.133/2021. Para a presente contratação, será elaborado um Projeto Básico com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, assegurando a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, de modo a possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

4.3 - Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.3.1 Licitação Pública na modalidade de Concorrência Eletrônica, para contratação de empresa de engenharia com experiência na execução de obras de construção para a edificação do Laboratório de Pavimentação Asfáltica do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC) da UFRB.

4.3.2 A empresa a ser contratada para execução das obras/serviços deverá comprovar, através de atestados de capacitação técnica operacional e técnico-profissional, as experiências mínimas requeridas nos critérios de habilitação, que poderão ser melhor definidos posteriormente.

4.3.3 A CONTRATADA deve possuir Responsável Técnico junto ao CREA e/ou CAU e contar com equipe técnica multidisciplinar com profissionais habilitados e experientes nas suas áreas de atuação.

4.3.4 A CONTRATADA não poderá estar inadimplente junto a Órgãos Federais em razão de procedimentos e/ou contratos anteriores e deve possuir nível mínimo de formação e experiência exigidos pelo CREA/CAU.

4.3.5 Os profissionais integrantes da Equipe Técnica deverão ser os mesmos que assinarão as ARTs/RRTs de execução de obras/serviços.

4.3.6 A EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA da CONTRATADA deverá conter profissionais habilitados e qualificados de acordo com as exigências abaixo:

4.3.6.1 **RESPONSÁVEL TÉCNICO:** Arquiteto/Engenheiro com experiência em execução de obras de reforma com características e complexidade similares às da presente contratação.

4.3.6.2 Serão consideradas edificações de características e complexidade similares às da presente contratação conforme estabelece o Memorial Descritivo Construtivo NUFIOBRAS/CIMAM.

4.3.6.3 O empreendimento deverá ser executado de forma a utilizar e respeitar as orientações e diretrizes das políticas públicas de preservação e proteção dos bens culturais brasileiros, processos construtivos e características espaciais e ambientais envolventes.

4.3.6.4 Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o cumprimento do contrato.

4.3.6.5 As obrigações da CONTRATADA e da CONTRATANTE estão previstas no Termo de Referência.

4.3.6.6 A elaboração de projetos envolve estudos, análise de dados, proposição de soluções específicas a cada obra e o detalhamento das mesmas. A contratação se faz necessária devido à limitação existente na autarquia em seus meios de produção: equipamentos e pessoal.

4.3.6.7 A adoção da Concorrência Eletrônica visa ampliar a eficiência na contratação, possibilitando maior competitividade entre os licitantes, assegurando tratamento isonômico, buscando maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos de dispêndio de recursos públicos e na seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

4.3.6.8 **Observação:** Recomenda-se que tais critérios sejam reavaliados durante a execução do orçamento da obra.

- Qualificação Econômico-Financeira
- Regularidade Fiscal e Trabalhista

Natureza da contratação: O serviço não é de natureza continuada, pois trata-se de uma obra com objeto definido.

Duração Inicial do Contrato: A duração do contrato será estabelecida a partir do cronograma de execução da obra.

Sustentabilidade: A contratação deverá atender aos preceitos do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU no que se refere a obras e serviços de engenharia.

Relevância dos requisitos estipulados: A quantidade de fornecedores não é considerada restrita, e os requisitos desta contratação não limitam a participação desnecessariamente, uma vez que o

mercado oferece diversas empresas no ramo da construção civil com capacidade para atender a esta demanda.

4.3.6.9 Todas as demais especificidades não apresentadas neste Estudo Preliminar deverão estar contidas no Projeto Básico (Termo de Referência).

5. Levantamento de Mercado

5.0 -Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (Inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

5.1 — O Decreto Federal 11.462, de 31 de março de 2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito do Poder Executivo, determina no inciso IV do artigo 7º. que compete ao órgão ou à entidade gerenciadora praticar todos os atos de controle e de administração do SRP, em especial a realização de pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e consolidação dos dados das pesquisas realizadas pelos órgãos e entidades participantes, inclusive na hipótese de compra centralizada. O referido decreto especifica, no inciso IX do art. 15, que o prazo de vigência da ata de registro de preços é de um ano e pode ser prorrogado por igual período, se comprovado que o preço é vantajosa para a Administração. Há que fazer referência, também, no âmbito do Poder Executivo, foi editada a Instrução Normativa SEGES/ ME n. 65/2021, que tem por objeto normatizar os procedimentos administrativos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

5.1.1 - Função da Pesquisa de Preços:

A pesquisa de preços consiste em procedimento prévio e indispensável para a verificação de existência de recursos suficientes para assumir as obrigações financeiras decorrentes de contratação pública. Serve de base para comparar e examinar as propostas recebidas no procedimento licitatório, além de indicar o preço estimado do bem ou serviço que a Administração está disposta a contratar, devendo constar no edital o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global. Mediante a pesquisa de preços se obtém a estimativa de custos que se apresenta como de fundamental importância nos procedimentos de contratação da Administração Pública, funcionando como instrumento de baliza aos valores oferecidos nos certames licitatórios e àqueles executados nas respectivas contratações. Assim, sua principal função é garantir que o Poder Público identifique o valor real do bem ou do produto para uma pretensa contratação, de forma que o preço a se pagar seja justo e esteja compatível com os valores praticados pela Administração Pública. Dentre as diversas funções da pesquisa de preços, destacam-se as seguintes:

I. Informar a todos interessados o preço estimado e justo que a Administração está disposta a contratar; II. delimitar e prover os recursos orçamentários necessários à licitação;

III. auxiliar na identificação do enquadramento da modalidade licitatória;

IV. fundamentar a justificativa de preços na contratação direta;

V. identificar sobrepreço em itens de planilhas de custos;

VI. identificar jogos de planilhas;

VII. conferir maior segurança na análise da exequibilidade da proposta ou de itens da proposta;

VIII. impedir a contratação acima do preço praticado no mercado;

- IX. servir de parâmetro objetivo para julgamento das ofertas apresentadas;
- X. garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração;
- XI. auxiliar o gestor a identificar a necessidade de negociação com os fornecedores, sobre os preços registrados em ata, em virtude da exigência de pesquisa periódica;
- XII. servir de parâmetro nas renovações contratuais;
- XIII. subsidiar decisão do pregoeiro para desclassificar as propostas apresentadas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital;
- XIV. auxiliar à identificação de vantagem econômica na adesão à uma ata de registro de preços;
- XV. auxiliar na definição dos critérios de recebimento do objeto a ser contratado;
- XVI. identificar a obrigatoriedade de aplicação de margem de preferência de bens ou produtos, quando o valor influenciar a mesma;
- XVII. prevenir aplicação de sanções aos agentes públicos por parte dos órgãos de controle.

5.2 — Para o processo Licitatório admite a prévia elaboração de orçamento por parte da administração para avaliação da exequibilidade das propostas;

5.2.1 — Esta etapa do ciclo de orçamentação pode ser racionalizada mediante a utilização de tabelas referenciais de custos contendo composições de custo unitário padronizadas. Além disso, o uso de sistemas referenciais de custos traz segurança jurídica para orçamentistas e gestores públicos, representando um parâmetro de avaliação objetivo para os órgãos de controle;

5.3 — Critérios de aceitabilidade de preços no âmbito do Concorrência Eletrônica, em relação aos previstos na Lei 8.14.133/2021

5.3.1 — A INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME No. 91, DE 2022, estabelece regras e critérios para definição do valor estimado para a contratação de obras e serviços de engenharia nos processos de contratação direta, de que dispõe o § 2º do art.23 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, para os orçamentos de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União. Dispõe o normativo que o custo de referência de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de obras de infraestrutura de transporte, será obtido a partir de composições de custos unitários menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil — Sinápi;

5.4 — Em muitas circunstâncias, os serviços a serem orçados não estarão contemplados nas referidas tabelas de custos. Assim, A INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME No. 91, DE 2022, prevê que, no caso de inviabilidade da definição dos custos pelo SINAPI (ou SICRO) poderão ser utilizados dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal, em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado. As diversas tabelas de custos mantidas por órgãos e entidades da esfera estadual podem ser consideradas “sistemas específicos instituídos para o setor”, pacífica sua aceitação como fonte referencial de preços;

Nesse sentido, o Acórdão TCU 3.272/2011-Plenário assim dispôs:

5.4.1. [...], adotar, nesta ordem, os seguintes critérios para avaliação dos preços referenciais máximos permitidos: 5.4.2. Mediana dos preços do Sinápi, localidade Salvador — Bahia;

5.4.3 Subsidiariamente, preços do Sicro2, localidade Salvador — Bahia;

5.4.4. Subsidiariamente, preços de outros sistemas aprovados pela Administração Pública, na hipótese de não serem encontradas referências nos sistemas anteriores, ou em caso de incompatibilidade técnica das composições desses paradigmas frente às peculiaridades do serviço, desde que demonstrada documentalmente mediante justificativa técnica;

5.5 — O orçamento base da licitação Concorência eletrônico é sigiloso até a homologação da licitação;

5.6 — No caso de adoção do regime de empreitada por preço unitário ou de contratação por tarefa, os custos unitários dos itens materialmente relevantes das propostas não podem exceder os custos unitários estabelecidos no orçamento estimado pela administração pública, observadas as condições já estabelecidas

5.7 — O TCU entende que “os preços medianos constantes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil — SINÁPI são indicativos dos valores praticados no mercado, portanto, há sobre preço quando o preço global está injustificadamente acima do total previsto no SINÁPI” (Acórdão 618/2006 — Plenário).

5.8 — O Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINÁPI), por força de seguidas Leis de Diretrizes Orçamentárias, assim como do Decreto 7.983/2013, é o sistema de referência de custos oficial para a orçamentação de obras com recursos federais. Assim, o SINÁPI é utilizado por diversos órgãos e entidades da administração pública federal, bem como pelas demais esferas de governo que empregam recursos oriundos da AGU, para obter preços confiáveis para os orçamentos de obras públicas e serviços de engenharia, que balizarão os orçamentos de referência nas licitações e serão utilizados como critérios de aceitabilidade dos preços, quando apresentadas as propostas por licitantes;

5.9 — Contratação de empresa para execução de serviços de engenharia através de Licitação Concorência Eletrônico, assim garantindo o cumprimento das metas estabelecidas. A execução deverá atender no que for possível as necessidades solicitadas tendo em vista as características do imóvel, com muitos espaços compartimentados, pilares em locais que dificultavam o uso, entre outros aspectos. Para tanto, é necessária a reorganização dos espaços, eliminando diversas barreiras (sejam paredes ou esquadrias) e redefinindo os fluxos. Desta forma trata-se de contratação para execução de obras de reforma da cobertura e sistema de drenagem visando a qualidade da edificação da Sede do CCAAB /UFRB, conforme condições, quantidade, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento, com objetivo ao funcionamento do referido setor. No mercado existe a solução proposta e viável, além de ser fornecida por um número de fornecedores que garante a participação de empresas e consequentemente, a concorrência;

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (Inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133 /21 e art. 9º, inciso IV da IN 58/2022).

A contratação destina-se a execução de obra do tipo convencional, com elementos que deverão ser definidos em projeto básico que deverão prever, todos os serviços inerentes a boa execução da obra:

6.2 Contratação de empresa especializada em engenharia para execução da obra **construção do Laboratório de Pavimentação Asfáltica do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC)**, contará com os projetos executivos desenvolvidos e detalhados pela empresa Izabel Souki referente aos projetos de Climatização, estrutural, arquitetônico, acessibilidade, elétrico, gases, lógica, SPDA, hidrossanitário, drenagem pluvial. A Planilha Básica orçamentaria, contemplando a disponibilização da composição de custos Unitários e disponibilização de Cronograma Físico-Financeiro da execução da obra a ser contratada, Memorial descritivo contendo materiais e seus quantitativos, planilha orçamentária da obra, baseado no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil — SINAPI; e Assessoramento técnico de agentes da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia — UFRB, para condução do procedimento licitatório para contratação de empresa para execução e contratação de empresas específicas de engenharias para execução do projeto para **construção do Laboratório de Pavimentação Asfáltica do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC)**, no campus de Cruz das Almas - na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste documento, considerando todas as peças gráficas e documentos;

6.2.1 O Projeto Básico que irá instruir o processo licitatório deverá conter as seguintes peças técnicas:

Projeto de Arquitetônico da edificação .

Projeto de climatização;

Projeto de acessibilidade;

Projeto SPDA.

Projeto Elétrico.

Projeto de Lógica.

Projeto estrutural

Projeto hidrossanitário

Projeto drenagem pluvial

Projeto gases

Orçamento com curva ABC

Cronograma físico-financeiro.

6.2.2 Cadernos de especificações para todos os serviços;

6.2.2.1 Planilha orçamentária, contemplando a disponibilização da composição de custos Unitários e disponibilização de Cronograma Físico-Financeiro da execução da obra a ser contratada, bem como a elaboração de Memorial descritivo contendo materiais e seus quantitativos, além de planilha orçamentária da obra, baseado no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, elaborado pela Caixa Econômica Federal; As soluções técnicas a serem propostas em projetos básicos deverão ser as mais vantajosas para a UFRB de modo a atender às necessidades da administração ao menor custo do somatório de investimento e manutenção

durante o período de vida útil, além de conter, no que couber, aspectos relacionados à sustentabilidade e, em adição a sustentabilidade tais, a por eficiência energética como aproveitamento da energia solar, correntes de vento, reuso de água, etc.

6.3 As intervenções necessárias para a realização do objeto, conforme as necessidades da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia — UFRB são:

6.3.1 Projeto de Arquitetura: Unificação visual e operacional da edificação, inclusive com implantação da identidade visual padronizada, com manutenção das características arquitetônica externas atuais.

6.4 - O critério de julgamento das propostas será o de menor preço unitário e maior desconto global.

6.5 - Prazo de execução: máximo de 270 (Duzentos e setenta Dias) dias corridos a contar da data inicial fixada na ordem de serviços;

6.6 - Comprovação de vistoria prévia no imóvel objeto da licitação, a qual deverá ser preliminarmente agendada, com A declaração do licitante de que conhece as condições locais para a execução do objeto supre a necessidade de vistoria técnica;

6.7 A contratada deverá prover pessoal capacitado, mão de obra especializada, pessoal técnico, operacional e administrativo, em número suficiente para desenvolver todas as atividades previstas, observando as normas vigentes e os padrões de qualidade exigidos e ainda atender ao Projeto executivo.

6.8 Trata-se de contratação de serviços técnicos de engenharia, para construção do Laboratório de pavimentação asfáltica do CETEC, na modalidade Pregão eletrônico, com prazo de execução dos serviços de 330 (Trezentos e trinta) dias corridos. O prazo de vigência do contrato será de 420 (Quatrocentos e vinte) dias;

6.9 O regime de execução será o de empreitada por preço Unitário.

6.10 Foram tomadas como solução a contratação pelo regime de PREGÃO ELETRÔNICO, contratação externa, diante do quadro técnico encontrar-se com outras demandas indispensáveis a sua concretização, bem como possuir um quantitativo de pessoal pequeno para atender passivos em projetos, que se mantém por tempos;

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 - Os serviços compreendem os seguintes itens:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE |
|------|---|---------|------------|
| 1 | Execução de Obras de Construção do Laboratório de Pavimentação Asfáltica. | | 01 |

Os quantitativos estimados para a contratação são resultantes do levantamento de necessidades de serviços, material e equipamentos, com detalhamentos constantes deste instrumento e seus anexos.

8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1 - Fundamentação: A estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21 e art. 9º, inciso VI da IN 58/2022).

8.2 - A estimativa de preços da contratação será compatível com os quantitativos levantados no projeto básico e com os preços do SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, que é a principal tabela utilizada no orçamento de obras em geral, de acordo com o último boletim de referência publicado, mantida pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE, que informa os custos e índices da Construção Civil no Brasil.

Na falta de composição no boletim de referência SINAPI, deve-se apresentar a composição unitária do serviço, contendo as justificativas técnicas para as composições adotadas, com elementos suficientes que permitam o controle da motivação dos atos que fundamentaram os valores adotados (por exemplo, memória de cálculo dos coeficientes de utilização de insumos), bem como a identificação do responsável pela elaboração. O Tribunal de Contas da União recomenda adotar a composição de outros sistemas referenciais de preços, desde que mantidos os coeficientes de consumo para cada serviço, utilizando-se o custo dos insumos obtidos no SINAPI. Nos casos em que este não contemple os serviços em análise, exige-se que se busque informações em outras fontes de preços para análise do orçamento de obra pública.

Os custos de execução, apresentados em planilha orçamentária serão elaborados por equipe técnica devidamente capacitada, que resultará no orçamento completo da obra a ser executada, inclusive com valor final de referência da contratação, que deverá compor a documentação do Projeto Básico e Termo de Referência.

8.3. O custo estimado da contratação é o previsto na Planilha Orçamentária de referência é de R\$1.615.923,44 (Um milhão, Seiscentos e Quinze Mil, Novecentos e Vinte e Três Reais e Quarenta e Quatro Centavos).

8.3.1. Os valores apresentados podem sofrer variações, visto que, a Planilha em análise, é de característica preliminar, elaborada pela IS Engenharia e Projetos Ltda (Contrato nº 06/2024) e submetida a avaliações do Núcleo de Gestão de Orçamentos de Obras da CIMAM/PROPLAN.

8.2. As referências de preços unitários para as composições foram tomadas das Tabelas SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, desenvolvido pela CEF - Caixa Econômica Federal, base de Agosto/2024 (desonerado).

8.3. Para os insumos não constantes no SINAPI foram utilizados outros referenciais de preços, tais como: cotações de preços de mercado, preços de bases referenciais de preços adotadas pela instituição e permitidas legalmente.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 -**Fundamentação:** Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (Inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 9º, inciso VII da IN 58/2022).

9.2 - A contratação destina-se a execução de obra do tipo convencional, com elementos que deverão ser definidos em projeto básico que deverão prever, todas as intervenções necessárias ao bom funcionamento da edificação, mantendo o padrão de qualidade existente e apresentando a melhor prática executiva, com elementos que apresente vantagens para a contratação e com a caracterização devidamente detalhada no Projeto Básico e Termo de Referência.

9.3 Entendemos que os serviços, objeto da contratação, bem como os insumos apresentados, são correlatos e devem ser geridos e executados pela mesma empresa, caso contrário, poderia implicar uma complexa e desnecessária demanda para os fiscais contratuais, uma vez que os serviços deixariam de apresentar um padrão de qualidade, gerando, inclusive, ingerência entre as diversas empresas, caso o objeto fosse dividido em lotes independentes.

9.4 A licitação para a contratação de que trata o objeto deste termo de referência, por meio de preço unitário, nos moldes em que se encontra, permite à Administração uma maior economia com o ganho de escala, haja vista que os licitantes poderão vir a ofertar preços mais competitivos, sem restringir a competitividade.

9.5 Dessa forma, os itens foram agrupados em lote único por terem grande similaridade nas características e especificações, cuja execução em conjunto trará significativa redução de preço, comparando-se com a realização dos serviços em separado, por fornecedores diferentes.

9.6 A contratação foi agrupada para permitir maior adesão e competitividade ao certame pelo mercado fornecedor, em razão da quantidade de serviço em cada item, ampliando o interesse do mercado, evitando-se assim a necessidade de iniciar nova licitação para o atendimento da demanda em questão.

9.7 Quanto à subcontratação indica-se a sua permissão, desde que previamente aprovada pela fiscalização, e que não constitua o escopo principal do objeto, restrita, contudo, ao percentual máximo de 40% (quarenta por cento) do valor global, e apenas nos itens/serviços específicos, caso sejam necessários:

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 - **Fundamentação:** Contratações correlatas e/ou interdependentes. (Inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 9º, inciso VIII da IN 58/2022).

10.2 A aquisição objeto elemento deste documento não requer outras contratações para sua execução do mesmo, bem como inicialmente, não existem em andamento contratações correlatas ou interdependentes que venham a interferir ou merecer maiores cuidados no planejamento da futura contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 . A contratação do objeto deste processo faz parte das ações do planejamento estabelecido pela Pro Reitoria de Planejamento, constantes do Calendário de Contratações e PAC (Plano Anual de Contratações) 2023 UFRB.

11.2. Como objetivo Estratégico em Priorizar, nas construções e reformas da UFRB, acessibilidade, funcionalidade e a sustentabilidade dos projetos arquitetônicos.

11.2.1 - LINHA DE AÇÃO - Adotar técnicas que promovam a minimização de danos ambientais com a utilização de tecnologias sustentáveis em novos projetos e obras existentes.

INDICADOR - Percentual de ações para a minimização de danos ambientais em projetos e obras.

RESPONSAVEL - Administração Central 2019 - 2023.

11.2.2 - LINHA DE AÇÃO - Construir ou adequar espaços físicos como unidades demonstrativas de práticas de sustentabilidade ambiental.

INDICADOR - Percentual de ações para construção e adequação de espaços físicos para sustentabilidade ambiental.

RESPONSAVEL - Administração Central 2023 - 2026.

11.3 Promover a consolidação dos cursos de graduação e pós graduação.

12.3.1 LINHA DE AÇÃO - Aprimorar os relatórios anuais de avaliação dos programas de pós-graduação.

INDICADOR - Percentual de ações para aprimoramento dos relatórios anuais de pós graduação.

RESPONSAVEL - Administração Central e Centros de Ensino 2019 - 2022

11.3.2 - LINHA DE AÇÃO - Ampliar a quantidade de discentes matriculados na pós graduação.

INDICADOR - Percentual de ampliação de discentes matriculados na pós-graduação

RESPONSAVEL - Administração Central e Centros de Ensino 2019 - 2022.

11.3.3 - LINHA DE AÇÃO - Aumentar o número de bolsas e auxílios aos estudantes.

INDICADOR - Percentual de aumento de número de bolsas e auxílios aos estudantes

RESPONSAVEL - Administração Central 2019 - 2022.

11.3.4 - LINHA DE AÇÃO - Consolidar o fórum de gestores de ensino.

INDICADOR - Percentual de ações para consolidação do fórum de gestores de ensino

RESPONSAVEL - Centros de Ensino - 2019 - 2022.

11.3.5 - LINHA DE AÇÃO - Institucionalizar as atividades EaD nos níveis de graduação, pós graduação.

INDICADOR - Percentual de ações para

RESPONSAVEL -Administração 2019 2022

12. Resultados Pretendidos

12.1 - Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

12.2 O que se pretende com a contratação do objeto em questão é a contratação de empresas de engenharia para Execução do Projeto básicos e executivos para Construção do Laboratório de Pavimentação Asfáltica do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC) . no campus de Cruz das Almas (BA), - na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB , que visa atender as necessidades de espaços comunidade acadêmica como um todo.

12.3 - Os responsáveis pela gestão e fiscalização da contratação deverão viabilizar as ações planejadas para acompanhar a execução dos serviços de forma satisfatórias.

12.4 - A opção pelo Concorrência Eletrônico visa ampliar a eficiência da pretensa contratação, a competitividade entre as licitantes, assegurar o tratamento isonômico, buscar maior simplificação, celeridade, transparência e economicidade nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos, proporcionando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

12.5 - A adoção do regime de contratação por preço unitário enseja maior segurança ao gestor e, por isso, mais economia ao erário, já que somente serão pagos os serviços efetivamente executados e fiscalizados, ao mesmo tempo será minimizada ou quase eliminada a influência dos erros de planejamento e a manipulação de valores unitários como fatores de majoração do preço pago pelo serviço realizado, tendo em vista que o critério de julgamento será por maior desconto no valor global da obra.

12.6 - O regime de contrato por preço unitário garante as condições ideais à conclusão deste objeto, atendendo as questões relativas ao andamento da obra, ao atendimento das condições legais e contratuais, e a manutenção das vantagens econômicas da contratação pela administração pública. Cabe ressaltar que, em teoria, o regime por preços unitários melhor atende ao interesse público do que o regime por preço global, pois se considerarmos apenas os critérios de medição e pagamento, a empreitada por preço global poderia ensejar medições e valores de serviços não tão fidedignos ao que for executado neste tipo e obra. E, mesmo que se busque a medição exata e precisa dos quantitativos executados, caso o regime adotado seja o de preço global, as possíveis alterações nas quantidades executadas decorrentes de imprevistos não estariam adequadas ao conceito de empreitada por preço global, que seria “quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total”, em específico ao termo “total”. No mesmo sentido a empreitada integral; ou a contratação integrada, não traria vantagens à execução deste objeto, só transferindo um volume maior de responsabilidades e riscos à contratada, e isto por si só, tenderia a onerar o valor do objeto contratado.

12.7. Do Planejamento da Contratação - Art 45, §3º - Lei nº 14.133/2021.

12.7.1 No planejamento da Concorrência, na forma eletrônica, será observado o seguinte:

I - elaboração do estudo técnico preliminar e do termo de referência;

II - aprovação do estudo técnico preliminar e do termo de referência pela autoridade competente ou por quem esta delegar;

III - elaboração do edital, que estabelecerá os critérios de julgamento e a aceitação das propostas, o modo de disputa e, quando necessário, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

IV - definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, dos prazos e das condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e a execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração pública; e

V - designação do pregoeiro e de sua equipe de apoio.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 - Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 9º, inciso XI da IN 58/2022).

13.2 A Administração tomará as seguintes providências previamente ao contrato:

A - Definições dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização e gestão contratual;

B - Capacitação dos fiscais e gestores a respeito do tema objeto da contratação;

C - Definição de planos de trabalho com vistas à boa execução contratual;

D - Acompanhamento rigoroso das ações previstas nos projetos apresentados para a realização das adequações e melhorias no objeto a ser contratado.

13.2 - A instituição publicará Edital de Licitação adequado e com clareza de condições assim como preconiza as leis vigentes;

- do projeto e suas especificações;
- dos preços;
- da qualificação técnica da empresa;
- do capital social da empresa;

13.3 - Os contratos terá as devidas previsões das multas e penalidades para os casos de;

- baixa qualidade na execução;
- descumprimento do cronograma de execução;

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 - Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (Inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

14.2 - O procedimento para contratações públicas busca sempre o melhor para o interesse público, tal conceito vai além do mero cotejo de menores preços, para analisar os benefícios do processo torna-se necessário avaliar os impactos positivos e negativos na aquisição quanto a:

- a) A observância de normas e critérios de sustentabilidade;
- b) O emprego apurado dos recursos públicos;
- c) Conservação e gestão responsável de recursos naturais;
- d) Uso de agregados reciclados, sempre que existir a oferta;
- e) Remoção apropriada dos resíduos conforme normas de Controle de Transporte de Resíduos.
- f) Observância das normas de qualidade e certificação nacionais e públicas como INMETRO e ABNT.

14.3 - No art. 45, Lei no 14.133/21 determina que as obras e serviços de engenharia deverão respeitar, especialmente, as normas relativas a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras CONTRATADAS, mitigação por condicionantes e compensação ambiental, utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que,

comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais, avaliação de impacto de vizinhança, proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obra CONTRATADA.

Na mesma acepção a Resolução CONAMA no 307/2002 define resíduos da construção civil como aqueles provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha.

Sob esse viés normativo, a contratação pretendida nesta Concorrência Eletrônica caracteriza-se com obra de engenharia e a sua execução implicará diretamente na geração de resíduos de construção civil, de modo que deverá a futura CONTRATADA empreender esforços para minimizar a produção de resíduos, dando destinação adequada aqueles de inevitável produção, visando mitigar os possíveis danos ambientais. Tal entendimento consta do art.6º, inciso XXV da Lei no 14.133 de 2021 que dispõe que deve o Termo de Referência conter o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, de modo que assegure o tratamento apropriado do impacto ambiental.

Diante disso, na execução da reforma deverá a CONTRATANTE e a CONTRATADA a observância das normas de proteção ambiental, cabendo a primeira fiscalização quanto ao estrito cumprimento da legislação e a segunda o respeito às leis ambientais na consecução da obra.

14.4 - Medidas Mitigadoras e Medidas Compensatórias de Impactos Ambientais são ações que visam à redução ou eliminação dos impactos negativos oriundos da implantação, operação, manutenção ou, até mesmo, desativação de determinado empreendimento. Ambas são resultantes dos estudos e avaliações ambientais das áreas e do grau de interferência que tal ação terá sobre as mesmas.

14.5 - Estas medidas são empregadas com o auxílio governamental e constituem leis específicas que subjugam o uso dos ambientes e recursos naturais. As referidas medidas também funcionam como critério de avaliação dos prejuízos ambientais que venham a ser causados por empreendimentos explorem áreas destinadas à preservação.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação pretendida é viável pois é de interesse público a construção da edificação anexa ao Laboratório de Pavimentação Asfáltica pois, faz parte da contrapartida institucional para execução do plano de trabalho, cujo objetivo é promover cooperação técnico-científica, capacitação, treinamento e intercâmbio de conhecimentos e experiências entre a Diretoria de Planejamento e Pesquisa (DPP) do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e a UFRB, no contexto da aplicação de técnicas de reforço e estabilização de solos em estradas não pavimentadas.

Na parceria entre o DNIT e a UFRB, o DNIT disponibilizou cerca de R\$ 4,5 milhões para a aquisição de equipamentos destinados à montagem de um laboratório específico para a instalação dos equipamentos adquiridos no projeto. Não há espaço ou local adequado para a instalação permanente desses equipamentos nos laboratórios existentes da UFRB. Como contrapartida, a

construção dessa nova estrutura laboratorial ficou sob responsabilidade da UFRB, sendo destinada ao uso da Universidade.

Além disso, essa edificação está inserida no escopo de um novo programa de Pós-Graduação em Transportes, atualmente em desenvolvimento pelo grupo de pesquisa em Geotecnia e Pavimentação, com previsão de submissão à CAPES em 2025.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GABRIEL SILVA FERREIRA

Equipe de apoio

DISNEY ONOFRE DE ASSIS SANTOS

Membro da comissão de contratação

BRENO DO NASCIMENTO SILVA

Membro da comissão de contratação